

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: DOU (163)

Data: 23/08/2002 Pg. 33-5

Class.: ΨAD 00413

ripáko e Tariáno, com superfície e perímetro aprovados de 255.823 hectares e 270 km respectivamente, localizada no município de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas.

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Amazonas, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada nas sedes das Prefeituras Municipais da situação do imóvel.

ARTUR NOBRÉ MENDES

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA BALAIO

Referência: Processo FUNAI/BSB/0001/89. Denominação: Terra Indígena Balaio. Localização: Município de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas. Superfície: 255.823 ha. Perímetro: 270 km. Sociedades Indígenas: Tukáno, Yepamashã, Desána, Kobéwa, Pirá-Tapúya, Tuyúka, Baniwa, Baré, Kuripáko e Tariáno. População: 350 pessoas (2000). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico constituído pela Portaria nº 993/PRES, de 20 de setembro de 2000, coordenado pela antropóloga Eliane da Silva Souza Pequeno.

I - DADOS GERAIS

A Terra Indígena Balaio está localizada em região subordinada à Administração Executiva Regional de São Gabriel da Cachoeira/AER-SGC. A Área Etnográfica Rio Negro se estende sobre ambos os lados da fronteira Brasil, Colômbia e Venezuela, representada por uma linha que, nos mapas, toma a forma da conhecida 'cabeça de cachorro'. O principal rio que corta a área é o Rio Negro, um afluente do Amazonas que, antes de entrar no Brasil, tem o nome de Guainía e separa a Colômbia da Venezuela; no seu alto curso, ele recebe, pela margem direita, o Içana e o Uaupés (chamado Vaupés na Colômbia).

A região do alto e médio Rio Negro é habitada tradicionalmente há pelo menos 2.000 anos por um conjunto diversificado de povos indígenas. Atualmente, ali convivem vinte e dois povos indígenas que falam idiomas pertencentes a quatro famílias lingüísticas distintas: Aruák, Makú, Tukáno e Yanománi. Esta área é drenada pelo curso alto e médio do Rio Negro, que recebe as águas de inúmeros rios e igarapés, entre os quais destacam-se o Uaupés, Içana, Curiruriari, Marié, Padauri, Uneixi, Cauaduri, Marauá, Xié e outros, que fazem parte da maior bacia de águas negras do mundo.

Os grupos indígenas que habitam a Terra Indígena Balaio são: os Tukáno, os Yepamashã, os Desána, os Kobéwa, os Pirá-Tapúya, os Tuyúka, os Baniwa, os Baré, os Kuripáko e os Tariáno. As duas famílias lingüísticas principais são a Tukáno Oriental e a Aruák, onde os grupos indígenas envolvidos estão assim distribuídos: a) os Tukáno pertencem à família lingüística Tukáno Oriental, juntamente com os Yepamashã, os Desána, os Kobéwa, os Pirá-Tapúya e os Tuyúka. Os Baniwa pertencem à família lingüística Aruák, juntamente com os Baré, os Kuripáko e os Tariáno; b) Os povos da família Tukáno Oriental se dividem em vários grupos patrilineares exogâmicos, cada um diferenciado por uma língua específica, entre os quais os Tukáno, Desána, Pirá-Tapúya, Tuyúka, Kobéwa, entre outros. A família Aruák se divide em diversos grupos indígenas tais como os Baré, Tariáno e os Baniwa, também conhecidos pelos nomes de seus sibs. O sib, centro da estrutura social, é o regulador de todas as principais atividades sociais, religiosas e econômicas. É a única unidade política verdadeira visto que somente o sib tem um chefe. Para compreender a especificidade das relações matrimoniais é necessário observar que todos os índios do grupo indígena Tukáno contam com a ascendência exclusiva pela linha paterna. Deste modo, os filhos gerados do casamento de um homem Tukáno com uma mulher Desána são Tukáno, ao passo que os filhos do casamento entre um homem Desána com uma mulher Tukáno são Desána.

Os Aruák vivem tradicionalmente em território brasileiro, colombiano e venezuelano, ao longo do Rio Negro, desde as cabeceiras, no rio Guainía, até o médio curso, compreendendo seus afluentes Içana, Xié, Uaupés, Curiruriari, Marié, Têa, Uneixi e Urubaxi. Distribuem-se também no Canal Cassiquiari e no médio Orinoco, inclusive no Infrida. No médio Rio Negro, estão representados principalmente pelos Baniwa, os Tariáno e os Baré, os quais somam juntos cerca de 44% da população indígena dessa região. Por tradição, os grupos indígenas do alto Rio Negro concebem a vida social como uma sucessão de níveis hierárquicos que vão desde a ascendência do irmão mais velho sobre o mais novo até a preponderância dos sibs mais antigos sobre os mais recentes. Eles souberam se apropriar de uma hierarquia de origem ocidental - sítios, comunidades e associações - porque já possuíam uma hierarquia autóctone. Os grupos indígenas que pertencem à família lingüística Aruák são representados principalmente pelos Baniwa, Baré, Kuripáko e Tariáno, ocupando toda a bacia hidrográfica do rio Içana, o rio Xié e o Rio Negro, desde o canal de Cassiquiari até o Padauri. Estão presentes, representados pelos Tariáno, também no médio Uaupés, onde falam principalmente o Tukáno, em consequência do convívio de séculos com os povos Tukáno nesta área.

A língua original Baré pertence à família Aruák; no Brasil, foi abandonada, dando lugar ao Nheengatu, língua introduzida nos primeiros séculos da colonização pelos missionários jesuítas. Os Baré ocupam a calha do Rio Negro, desde o canal do Cassiquiari, na Venezuela, até o médio Rio Negro, estando presentes também no baixo Xié e baixo Içana. Os Baré já habitavam a área desde tempos remotos, porém os demais grupos indígenas foram introduzidos na região por volta do final da década de 60 e início da década de 70, do século XX, especialmente na época das primeiras obras para a construção da rodovia BR-307, que liga São Gabriel da Cachoeira ao

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 22 de agosto de 2002

Assunto: Processo FUNAI/BSB/0001/89. Referência: Terra Indígena BALAIO. Interessado: Grupos Indígenas: Tukáno, Yepamashã, Desána, Kobéwa, Pirá-Tapúya, Tuyúka, Baniwa, Baré, Kuripáko e Tariáno. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

Nº 114 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/0001/89, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria da antropóloga ELIANE DA SILVA SOUZA PEQUENO que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena BALAIO da ocupação dos respectivos grupos tribais: Tukáno, Yepamashã, Desána, Kobéwa, Pirá-Tapúya, Tuyúka, Baniwa, Baré, Kuripáko e Tariáno.

INSTITUTO  
  
**Documentação**  
 SOCIOAMBIENTAL  
 Fonte: DOU (163)  
 Data: 23/08/2002 Pg CONT.  
 Class.: AD410(1)

Distrito de Cucuf. A retomada da identidade Baré pelos habitantes do Rio Negro de fala Nheengatu, bem como a transferência de grupos Tukáno para a bacia hidrográfica do rio Demiti mostra que estamos diante de um fenômeno de adequação das relações entre índios e não-índios: a superação da identidade imposta pelos outros e a emergência de uma identidade conquistada por eles. Essa conquista social de identidade requer uma contrapartida na reconquista das suas terras. Vivem basicamente do cultivo da mandioca, com vistas à produção de farinha, tendo sua dieta alimentar complementada pela pesca, caça e coleta.

Os Baníwa autodenominam-se Walimanai ou Wakuenai e representam grupos indígenas que pertencem à família linguística Aruák e ocupam toda a bacia do rio Içana. Formaram comunidades no Rio Negro estando presentes também nas cidades de São Gabriel, Santa Isabel e Barcelos; também migraram para a Colômbia e a Venezuela, espalhando-se pelos rios Inírida e Guainía.

Embora não existam grupos linguísticos diferentes, os Baníwa também se subdividem, organizando-se em várias fratrias, que são conjuntos de grupos locais aparentados como irmãos entre si, como os Oalipere-dakenai e os Dzauinai. Geralmente as pessoas casam fora de sua fratria. Os Baníwa traçam descendência pela linha paterna e cada uma das fratrias consiste de quatro ou cinco sibs, como por exemplo os Tuke-dakenai, os Kutherueni e os outros que pertencem à fratria dos Oalipere-dakenai; ou os Kathapolitana que pertencem à fratria dos Dizauinai. Os sibs de uma fratria estão ordenados como uma família de irmãos, de mais velho a mais novo, de acordo com a história de criação. Os Baníwa são excelentes artesãos. São os únicos fabricantes dos raladores de mandioca feitos de madeira e pontas de quartzo, que são distribuídos em toda a região, através das trocas interétnicas e dos comerciantes. Atualmente, são os principais produtores de urutus e balaíos para venda, tecendo as peças nos mais diferentes tamanhos, tipos de desenho e coloração.

Apesar das diferenças de línguas e de algumas características culturais, os Tukáno e os Baníwa têm muita coisa em comum. Comparando-os com os índios de língua Makú, os Tukáno, os Baníwa, os Baré e os outros grupos indígenas podem ser reconhecidos como os "índios do rio". Os Kuripáko falam a mesma língua dos Baníwa, com algumas variações. Na Terra Indígena Balaío, os Kuripáko concentram-se na aldeia Parintins.

#### I.1. Histórico da Ocupação Indígena no Noroeste Amazônico

Em primeiro lugar, é necessário apontar que a região a que se refere este Relatório é ímpar no país, visto que trata-se de uma província etnográfica sem igual, seja pela quantidade de diferentes povos indígenas que lá habitam, seja pela complexidade dos laços sociais e econômicos que mantêm entre si e com a sociedade abrangente. Classificados em mais de 20 línguas distintas, os três principais troncos linguísticos são: o Tukáno, o Aruák e o Makú. Embora existam alguns grupos Yanomámi nesta região, eles não fazem parte do sistema social aqui focalizado, uma vez que não mantêm relações estáveis com os demais grupos indígenas da região. Os Makú, habitantes tradicionais do interior da floresta, também não fazem parte dos grupos indígenas envolvidos na proposta de superfície para a Terra Indígena Balaío. Deste modo, a perspectiva histórica abordará, principalmente, os grupos indígenas que pertencem às famílias linguísticas Tukáno e Aruák.

Segundo Nimuendaju, o povoamento do Noroeste da Amazônia foi progressivo e caracterizado por contingentes de cada uma das três famílias linguísticas ali encontradas: em primeiro lugar, teriam chegado os povos de culturas simples, representados pelos atuais Makú; posteriormente teriam vindo do norte povos invasores de cultura mais complexa, os Aruák, e do oeste os Tukáno, "de cultura menos sofisticada que aqueles". (NIMUENDAJU, Curt Unkel. (1927)1982. "Reconhecimento dos rios Içana, Ayari e Uaupés". Relatório apresentado ao Serviço de Proteção aos Índios/SPI, Inspeção do Amazonas e Acre. In: Journal de la Societé des Americanistes de Paris, 39:125-183). Este povoamento teria acontecido no início da era cristã.

Sobre a base de pesquisas arqueológicas, pode-se afirmar que cerca de 3.000 a.C. os Proto-Aruak já estavam concentrados nas regiões próximas à atual cidade de Manaus. Segundo a sua teoria, uma parte deles subiu o Rio Negro, numa rota migratória até o Orinoco. Fontes históricas do século XVI, a exemplo dos relatos de Philip von Hutten e Hernan Perez de Quezada, nos anos de 1538 a 1541, já apontavam a existência daqueles povos indígenas (Aruák e Tukáno) no Rio Negro. Em 1542, quando Orellana desceu pela primeira vez o rio Amazonas, o frei Gaspar de Carvajal refere-se ao rio "de água negra como tinta" (CARVAJAL, Alonso de Rojas e Cristóbal de ACUÑA. 1941. Descobrimiento do rio das Amazonas. São Paulo: Companhia Editora Nacional Brasileira, 203). Estas referências evidenciam que os portugueses, naquela ocasião, já tinham conhecimento do caráter numeroso dos índios do Rio Negro e desejavam, desde então, capturá-los como escravos. Cristóvão de Acuña apontou a presença de 12 tribos, possivelmente de origem Aruák, no baixo curso deste rio, caracterizando-as como "belicosas". Tais grupos indígenas foram dizimados.

Até meados do século XVIII, a população indígena do Rio Negro sofreu enorme decréscimo em decorrência não somente da captura de escravos, como também das epidemias de bexiga e sarampo, trazidas pelos brancos. Apesar disso, este rio continuaria sendo o ponto convergente das "entradas" e "descimentos" de índios para o Pará. Com o decréscimo populacional destes índios, em decorrência dos resgates e das guerras, novos grupos indígenas passaram a se defrontar com os portugueses no médio e alto Rio Negro, muitos sendo também levados ao Pará como escravos, sobretudo a partir de 1740. A partir de 1755, com a política pombalina, declarou-se a liberdade jurídica do indígena. Porém, intensificaram-se os "descimentos" de índios, sendo promovidos novos assentamentos coloniais às margens do Rio Negro e no baixo curso de seus principais afluen-

tes, sob o forte controle dos militares portugueses instalados em fortalezas construídas em 1763 em São Gabriel da Cachoeira e em São José de Marabitanas. Essa política, porém, teve alto custo para os portugueses, pois ocasionou muitas fugas e revoltas de índios aldeados, havendo sempre a necessidade de reposição de braços para a lavoura de amil e mandioca, e para o trabalho de coleta de cacau.

Alguns viajantes e historiadores do século XIX forneceram indicações sobre os povos indígenas que na época habitavam a região. Silva e Gurjão apontavam a presença mestiça dos índios Maku no rio Curicuriari e na altura de Maçarabi, em direção ao centro da mata. Desde o início do século XIX, a região do Rio Negro foi missionada pelo carmelita Frei José dos Santos Inócentes, pelo capuchinho Frei Gregório José Maria de Bene e pelos franciscanos, os quais tiveram forte participação, juntamente com os militares, na repressão aos índios e na exploração de seu trabalho, principalmente no extrativismo. Suas ações foram contemporâneas à invasão, pelos comerciantes, ditos regatões, do Rio Negro, muitas vezes marcada pela violência, quando apresavam-se até mesmo meninos índios para vendê-los para os negociantes de Manaus e Belém, como aponta Wallace. (WALLACE, Alfred Russel. 1979. Viagens pelos rios Amazonas e Negro. Belo Horizonte: Edusp/Livraria Itatiaia Editora).

Mesmo antes da criação da Província do Amazonas, em 1850, já se escravizavam índios no alto Rio Negro, que eram transportados para trabalhar no extrativismo, na região do baixo curso daquele rio. A partir de 1850, sistematizaram-se os descimentos, sob os ordens do presidente João Batista Tenreiro Aranha e seus sucessores no governo da Província. Esta ação foi executada na área pelo tenente e Diretor dos Índios Jesuino Cordeiro, contando com o beneplácito do Frei Gregório José Maria de Bene e, posteriormente, dos padres franciscanos (TENREIRO ARANHA, Bento de Figueiredo. 1907. "As explorações e exploradores do rio Uaupés". In: Arquivo do Amazonas. Vol. I, nº 3. Manaus).

Este processo levou, no século XIX, a um esvaziamento de muitas comunidades indígenas dos rios Uaupés, Içana e Xié, cujas famílias eram levadas à força para o baixo e médio Rio Negro. Muitos índios foram envolvidos na exploração extrativa da borracha, do cacau, da salsaparrilha, da piaçava, do puxuri, da balata, entre outros produtos, e submetidos a trabalhos compulsórios. Esse fato iniciou a migração forçada, sobretudo dos Tukáno, dos Desána e dos Tariáno, que foram transportados pelos comerciantes desde o alto Uaupés para trabalharem nos seringais do Rio Negro. Essa violência e migração forçada duraram mais de 100 anos naquela região, sendo poucas as famílias que conseguiram retornar aos seus lugares de origem. Nos rios Uaupés, Papuri, Tiquié, Içana e Xié, sendo esta a principal razão da atual presença de significativa população de descendentes desses grupos no médio e baixo Rio Negro.

Muitos desses aspectos da história do século XIX desdobram-se no século XX. A presença dos 'regatões' intensificou-se e a exploração do trabalho indígena nos seringais, piaçabais e balatais se generalizou.

#### II - HABITAÇÃO PERMANENTE

A aldeia Miúá, localizada no km 47 da rodovia BR 307, Perimetral Norte, soma um total de 13 (treze) índios distribuídos em duas casas. Pertencem à família linguística Tukáno Oriental, sendo os homens do grupo indígena Tukáno casados com mulheres do grupo indígena Desána. A aldeia Parintins está localizada no km-80 da BR-307 e concentra uma população total de 37 (trinta e sete) índios Kuripáko, distribuídos em seis casas. Pertencem à família linguística Aruák, e mantêm relações de parentesco entre si. A aldeia Iá-Mirim, localizada no km 85 da rodovia BR 307, possui uma população total de 78 (setenta e oito) habitantes distribuídos em quinze casas. Os índios pertencem às famílias linguísticas Tukáno Oriental e Aruák, mantendo relações de parentesco entre si. A aldeia Rodrigo Cibele, localizada no km 89 da rodovia BR-307, possui uma população total de 43 (quarenta e três) habitantes distribuídos em sete casas. Os índios pertencem tanto à família linguística Tukáno Oriental quanto à família Aruák. A aldeia Balaío, a maior e principal aldeia da Terra Indígena Balaío, localiza-se na altura do km 100 da rodovia BR-307, em ambas as margens e dos dois lados do rio Iá (ou Balaío). A população soma um total de 178 (cento e setenta e oito) habitantes distribuídos em vinte e seis casas.

A distribuição das casas segue um padrão cultural próprio ao grupo indígena adequando-o aos fatores externos, como por exemplo, os acidentes geográficos, a localização dos recursos hídricos, entre outros. Os Tukáno Orientais habitam tradicionalmente áreas do território brasileiro e colombiano, sobretudo dispersos nas margens dos rios Uaupés e seus afluentes Tiquié e Papuri (margem direita), Queari e Cuduyari (margem esquerda), bem como a região do Pira-paraná, na Colômbia (HUGH-JONES, Cristine. 1979. From the Milk River: spatial and temporal processes in the northwest Amazonia. Cambridge: Cambridge University Press.). Os Tukáno Orientais estão representados no médio Rio Negro pelos Tukáno, Desána, Arapaço, Pira-Tapúya, Siriano, Karapaná, Juruti, Tuyúka e Kobéwa. Constituem cerca de 52% da população indígena total. Cada grupo exogâmico ou unidade sócio-linguística (por exemplo, os Desána, os Tukáno, os Tuyúka, etc) é subdividido em sibs patrilineares e patrilocais nomeados, hierarquizados de acordo com a ordem de emergência dos seus ancestrais míticos fundadores e com uma função ritual específica: segundo o nível hierárquico, os sibs são chefes, dançarinos-cantores, guerreiros, xamãs ou servos. Durante os rituais, eles funcionam de maneira complementar.

Tradicionalmente, os sibs estão dispostos ao longo do rio, de jusante à montante, segundo a ordem de nascimento dos ancestrais míticos: os mais velhos se localizam à jusante dos rios, que são os trechos mais piscosos, ao passo que os mais jovens se localizam à montante ou nas cabeceiras dos rios e igarapés. A organização hierárquica dos sibs é, assim, expressa em nível espacial. Devemos assinalar que excetuando-se o privilégio da piscosidade, a hierarquia é de caráter estritamente ritual, sendo enfatizada apenas nas ceri-

mônias coletivas, por exemplo na ordem de distribuição das bebidas, na ordem de entrada na maloca ou casa, ou no direito de usar certos enfeites e objetos cerimoniais. Em outras palavras, cada povoado é uma autarquia econômica independente, embora haja uma divisão ritual do trabalho.

As povoações Aruák são construídas às margens dos rios e igarapés, como também em pequenas ilhas. De um lado há o rio, de outro os caminhos para as roças, em direção ao centro da floresta. Antigamente, estas aldeias consistiam em uma grande maloca multifamiliar, de forma retangular, com um espaço central para uso cotidiano e ritual. O efeito do contato, mais especificamente o da evangelização, trouxe uma total mudança na organização espacial da antiga aldeia, que passou a ser composta de várias casas de barro cobertas de palha, distribuídas ao redor de uma praça retangular de areia.

A terminologia de parentesco dos Aruák é do tipo Dravidiano, cujo traço marcante é a classificação dos parentes paralelos como consanguíneos e dos cruzados como afins, ao menos nas três gerações centrais (geração do Ego, de seus pais e de seus filhos). Essa dicotomia resulta na proibição do casamento com a prima paralela (filha da irmã da mãe ou do irmão do pai) e na regra do casamento com a prima cruzada (filha do irmão da mãe ou da irmã do pai), havendo porém a preferência pela prima cruzada patrilateral (filha da irmã do pai).

### III - ATIVIDADES PRODUTIVAS

A alimentação dos índios ribeirinhos provém basicamente dos derivados da mandioca 'brava'. Na região do Rio Negro, a palavra mandioca designa as variedades tóxicas da espécie *Manihot esculenta* Crantz, as quais precisam ser processadas antes de consumidas. Os índios do alto Rio Negro levaram a um estágio muito desenvolvido o processamento da mandioca, aproveitando-a ao máximo.

O esquema geral de processamento da mandioca é o seguinte: depois de arrancar, lavar, raspar a casca e ralar a mandioca, a massa resultante é lavada com força em uma grande cumatá. O líquido resultante, de aspecto leitoso, é colhido em um pote ou bacia e fica em repouso para decantar o amido. A parte líquida que fica por cima é retirada e fervida até a eliminação das substâncias tóxicas, para se fazer manieucera e tucupi. O amido depositado no fundo é secado, usando-se para isto um pano, em cima do qual é colocada cinza de carvão que tem a propriedade de absorver a umidade. Com a tapioca resultante faz-se beiju, mingau, farinha, etc. Quando se tem mais pressa ou mais gente para comer, é possível passar a massa, depois de ralada, direto no tipiti, onde é prensada ao máximo, para que todo veneno escorra, usando-se esta massa peneirada para fazer beiju.

A atividade principal dos homens é contribuir com a outra parte da alimentação, o peixe ou a carne de caça. Em geral, os homens saem de canoa todos os dias ou durante a noite para pescar ou caçar. Cada povoado dispõe de um território composto por uma porção de mata e de rio para a caça e a pesca e para abrir os roçados, sendo delimitado por marcas naturais (curvas do rio, igarapés, afloramentos, etc). A economia dos Tukáno é voltada para a auto-subsistência na qual a agricultura de coivara da mandioca amarga é a mais importante, complementada pela pesca, caça e coleta. A importância maior ou menor atribuída às atividades de pesca ou caça depende fundamentalmente da localização geográfica dos povoados: aqueles localizados nos baixos cursos dos rios, mais ricos em peixes, serão mais orientados para as atividades de pescaria, ao passo que aqueles ocupando as cabeceiras dos rios ou nos igarapés dão maior importância à caça.

O sistema produtivo dos Aruak está baseado na agricultura de mandioca, na pesca e na caça. Planta-se também, em pequena escala, cana-de-açúcar, cará, abacaxi, macaxeira, etc. A pesca é realizada durante todo o ano, sendo a principal fonte proteica dos índios. As espécies mais procuradas são a piraiá, o aracu, a pescada e o surubim. A caça possui lugar privilegiado nas atividades cotidianas masculinas. Normalmente, as caçadas são praticadas, coletiva ou individualmente, quase que diariamente. Os animais mais apreciados são: a anta, a paca, a cutia e a cutiaia. A partir do século XVIII, esses índios se têm inserido na economia extrativista.

A pesca é desenvolvida nos rios e igarapés próximos às casas, sendo que os instrumentos mais utilizados são: o anzol e a linha de nylon, adquiridos nos mercados regionais, e as canoas equipadas com motor de rabeta. Coletam o açai, o babaçu, a andiroba, entre uma variedade de coquinhos, além da envira para confecção de artesanatos, a exemplo de paneiros, cocares, palhas para a cobertura de suas casas, lenha para abastecer as fogueiras familiares, e privilegiam a coleta do mel e da cera de abelha.

### IV - RECURSOS AMBIENTAIS

O relevo desta região compreendida pela Terra Indígena Balaio é constituído por planícies com altitude média de 200 m, sendo que, do lado colombiano e do venezuelano e também em alguns pontos no Brasil, surgem os primeiros degraus do Escudo das Guianas, constituído de rochas muito antigas, da era pré-cambriana, com elevações superiores a 200 m, a exemplo das serras Jacamim, Traíra, Cabari e Curicuriiri, também denominada Bela Adormecida. Além da sua importância econômica, essas serras possuem significados culturais e míticos para os índios da região. O Rio Negro, com seus afluentes superiores, é classificado como rio de 'águas pretas', possuindo uma coloração topázio quando colhidas num copo, decorrente da precipitação de material orgânico marrom-avermelhado que se decompõe após ter sido levado das margens inundáveis, ou igarapés, durante o período das cheias. Sua constituição química é bastante particular: pobre em sais dissolvidos, limo e matéria orgânica, suas águas são muito ácidas.

A cobertura vegetal da região abrange, além dos igarapés, a 'floresta virgem', denominação fornecida pelos indígenas para caracterizar as matas de terra firme, e a 'caatinga do Rio Negro' ou 'campinarana', mata menos espessa porém bastante intrincada que

ocorre em vastas áreas do Noroeste da Amazônia. Essas características do ecossistema influenciam diretamente o calendário das atividades produtivas: caça, pesca, coleta e plantio. Não há uma distribuição homogênea dos recursos naturais da região, o que obriga os índios a explorarem vastas áreas para garantirem a sua sobrevivência e manutenção.

O clima da região pode ser distinguido em três épocas anuais relacionadas com o ciclo das chuvas. Caracteriza-se por um período seco, nos meses de janeiro a março; outro, muito chuvoso, de abril a agosto e um período intermediário nos meses de setembro a dezembro. A temperatura média varia em torno de 28° C e as precipitações chuvosas influem no ecossistema e na vida dos índios, especialmente através da variação do nível das águas somadas ao alto índice de acidez do Rio Negro provoca uma baixa oferta de alimentos. Observa-se que, na Amazônia, os rios de águas pretas são denominados 'rios famintos'.

### V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

Os grupos indígenas estão distribuídos conforme suas próprias relações sociais e econômicas, sendo que os Kuripáko, por exemplo, estão concentrados na aldeia Parintins, enquanto os demais grupos mantêm espaços previamente definidos no interior de uma mesma aldeia, encontrado na aldeia Balaio, onde os Tukáno moram na margem esquerda do rio Iá (ou Balaio) e os Desána moram na margem oposta deste rio, ambos os grupos estão localizados no mesmo lado da rodovia BR 307, enquanto os Baré ocupam a área situada na outra margem da rodovia, diferenciando-se dos Tukáno, embora na mesma margem do rio que os Tukáno.

A característica básica do sistema de parentesco da maioria dos grupos indígenas localizados na região do alto Rio Negro é a exogamia linguística. Essa faz com que os homens procurem suas esposas em grupos linguisticamente distintos do seu, no caso dos Tukáno ou em fratrias distintas, ou seja, na maioria das vezes maridos e esposas são oriundos de grupos linguísticos diferentes. Isso faz com que um novo casal sempre realize viagens a outras comunidades para visitar pais, sogros ou irmãos e irmãs. Tais viagens são numerosas e frequentes em toda a área do Noroeste da Amazônia e têm a função de aproximar os parentes, atualizar as notícias (sociais, políticas e econômicas) e reforçar a reciprocidade econômica e social. Viajam ainda para tratamentos de saúde com pajés ou benzedores.

O levantamento populacional realizado pelo GT PP 993/PRES/00 somou um total de 350 (trezentos e cinquenta) pessoas distribuídas nas cinco aldeias, Miuá, Parintins, Iá-Mirim, Rodrigo Cibele e Balaio. Os dados populacionais disponíveis sobre os habitantes da Terra Indígena Balaio não permitiram calcular as taxas de natalidade e de mortalidade dos grupos indígenas nos últimos anos.

### VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

O GT PP 993/PRES/00, durante os estudos e levantamentos de dados em campo juntamente com as pesquisas no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Gabriel da Cachoeira não localizou qualquer ocupante não-índio com benfeitorias passíveis de serem indenizáveis, uma vez que os indivíduos não-índios são todos casados com mulheres índias e constituíram famílias adaptadas ao sistema comunitário, totalmente inseridos no modo de vida próprio das comunidades indígenas as quais mantêm relações de parentesco e inclusive de compadrio com os índios de outros grupos familiares.

A pesquisa cartorial foi realizada diretamente no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Gabriel da Cachoeira. Seus resultados apontam que parte da superfície do Parque Nacional do Pico da Neblina e a totalidade da área da Reserva Biológica Estadual Morro dos Seis Lagos incidem na terra indígena ora apresentada, e, portanto, seus respectivos decretos de criação sofrer alterações, sendo que o da reserva estadual, deverá ser revogado. A questão fundiária refere-se à incidência de parte da área da unidade de conservação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA, subordinado ao Ministério do Meio Ambiente/MMA, denominada Parque Nacional do Pico da Neblina, criada pelo Decreto 83.550, de 5 de junho de 1979, no Estado do Amazonas, fronteira do Brasil com a Venezuela.

### VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

Diante do exposto ao longo do Relatório, somado ao pleno conhecimento por parte da FUNAI das reivindicações dos índios Tukáno e demais grupos indígenas de uma área que atenda suas necessidades sócio-culturais, consideramos urgente e necessário que a FUNAI e as instâncias superiores do poder público assegurem a continuidade do procedimento administrativo de regularização fundiária da Terra Indígena Balaio.

Cabe-nos lembrar o que dispõe o art. 231 § 6º da Constituição Federal de 1988 sobre as terras que tradicionalmente são ocupadas pelos índios: "são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé."

O GT PP 993/PRES/00 apresenta a proposta para a Terra Indígena Balaio como uma solução para o impasse fundiário e como área mínima necessária para a sobrevivência e a manutenção dos grupos indígenas que lá residem de forma permanente e em caráter tradicional. Ressalta-se que a participação ativa dos índios Tukáno, Yepemashá, Desána, Baniwa, Baré, Tariáno, Kobéwa, Kuripáko, Pirá-Tapúya e Tuyúca durante a coleta de dados e informações em campo teve importância fundamental para o bom andamento dos trabalhos e para aprofundar, junto às lideranças indígenas, as questões que envolvem o procedimento de regularização fundiária e que determinam a sua caracterização.

Tendo em vista as dificuldades em ajustar as reivindicações indígenas com a presente proposta de superfície para a Terra Indígena

INSTITUTO  
  
**Documentação**  
 ECOAMBIENTAL  
 Fonte: DOU (163)  
 Data: 23/08/2003 Pg 0001  
 Class: ADP (5-1)

Balaio, faz-se necessária a participação efetiva dos índios Tukáno e demais representantes indígenas nos trabalhos de demarcação topográfica da área. Sugere-se, na oportunidade, a instalação ao menos mais dois postos indígenas de vigilância/PIVs na região dos rios Demiti e Miua, impedindo assim o avanço de não-índios que poderão empreender atividades prejudiciais ao meio ambiente, colocando em risco a preservação dos recursos naturais dos quais os índios necessitam para sua sobrevivência.

ELIANE DA SILVA SOUZA PEQUENO  
 Antropóloga-coordenadora  
 GT PP 993/PRES/00

Diretoria de Assuntos Fundiários - DAF  
 Departamento de Demarcação - DED  
 Memorial Descritivo de Delimitação  
 Denominação  
 Terra Indígena BALAIO  
 Aldeias Integrantes  
 Balaio, Iá Mirim, Rodrigo Cibebe, Parintins E Miua,  
 Grupos Indígenas  
 Tukáno, Yepamashã, Desána, Kobéwa, Pirá-Tapúya, Tuyúka,  
 Baniwa, Baré, Kuripáko e Tariáno  
 Localização  
 Município: São Gabriel da Cachoeira Estado: Amazonas  
 Administração Executiva Regional: São Gabriel da Cachoeira

ra

Coordenadas dos Extremos

Extremos	Latitude	Longitude
Norte	: 00°42'54,000" N e	66°27'35,000" Wgr.
Leste	: 00°36'52,450" N e	66°15'20,887" Wgr.
Sul	: 00°05'57,000" N e	66°42'43,000" Wgr.
Oeste	: 00°22'33,000" S e	66°54'41,000" Wgr.

Base Cartográfica

Nomenclatura	Escala	Órgão	Ano
NA-19-Z-D	1:250.000	DSG/RADAM	1980

Dimensões

Superfície: 255.823 ha ( Duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e vinte e três hectares aproximadamente).

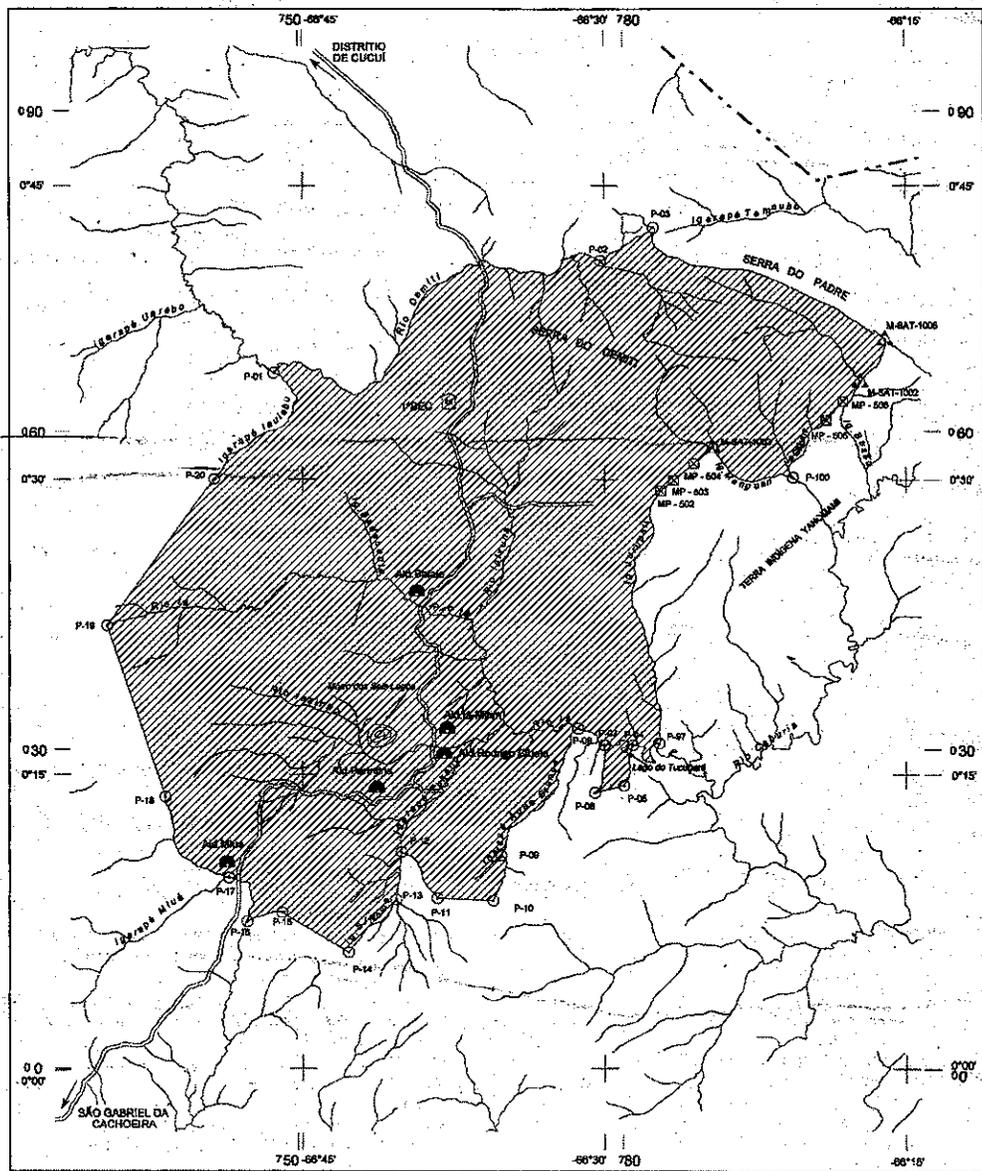
Perímetro: 270 km ( Duzentos e setenta quilômetros aproximadamente).

Descrição do Perímetro

NORTE: Partindo do ponto digitalizado P-01 de coordenadas geográficas aproximadas 00°35'30" N e 66°46'26" Wgr., localizado na confluência do igarapé Iauibu com o Rio Demiti, segue pelo referido rio Demiti, a montante, até ponto digitalizado P-02 de coordenadas geográficas aproximadas 00°41'11" N e 66°30'12" Wgr., localizado na confluência do rio Demiti com um igarapé sem denominação, daí segue pelo referido igarapé, a montante, até o ponto digitalizado P-03 de coordenadas geográficas aproximadas 00°42'54" N e 66°27'35" Wgr., localizado na sua cabeceira, na Serra do Padre, daí segue pela cumeira da serra do padre até o Marco SAT-1005 de coordenadas geográficas 00°36'52,450" N e 66°15'20,887" Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, na Serra do Padre. LESTE: Do ponto antes descrito segue pelo referido igarapé sem denominação, a jusante, até o Marco SAT-1002 de coordenadas geográficas 00°33'55,004" N e 66°17'29,380" Wgr., localizado na confluência com o igarapé Bussu, daí segue por uma linha reta até o Marco MP-506 de coordenadas geográficas 00°33'02,415" N e 66°18'31,254" Wgr., daí segue por uma linha reta até o Marco MP-505 de coordenadas geográficas 00°32'15,793" N e 66°19'26,142" Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, daí segue pelo referido igarapé, a jusante, até o Ponto 100 de coordenadas geográficas 00°29'57,330" N e 66°20'06,320" Wgr., localizado na confluência com o igarapé Manguari, daí segue pelo referido igarapé, a montante, até o Marco SAT-1003 de coordenadas geográficas 00°31'14,728" N e 66°24'15,167" Wgr., localizado na margem direita do referido igarapé, daí segue por uma linha reta até o Marco MP-504 de coordenadas geográficas 00°30'33,738" N e 66°25'04,354" Wgr., daí segue por uma linha reta até o Marco MP-503 de coordenadas geográficas 00°29'52,203" N e 66°25'54,194" Wgr., daí segue por uma linha reta até o Marco MP-502 de coordenadas geográficas 00°29'09,596" N e 66°26'45,321" Wgr., localizado na cabeceira do igarapé Jurupari, daí segue pelo referido igarapé, a jusante, até o Ponto 97 de coordenadas geográficas 00°16'32,950" N e 66°26'47,140" Wgr., localizado na confluência com o rio Iá (Do marco Sat 1005 até o Ponto 97, confronta-se com o limite da Terra Indígena Yanomami). SUL: Do ponto antes descrito segue pela margem direita do referido rio Iá, a montante, até o ponto digitalizado P-04 de coordenadas geográficas aproximadas 00°16'29" N e 66°28'36" Wgr., localizado na confluência com um igarapé sem denominação, daí segue pelo referido igarapé, a montante, até o ponto digitalizado P-05 de coordenadas geográficas aproximadas 00°14'27" N e 66°29'03" Wgr., localizado na sua cabeceira, daí segue por uma linha reta até o ponto digitalizado P-06 de coordenadas geográficas aproximadas 00°14'05" N e 66°30'29" Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, daí segue pelo referido igarapé, a jusante, até o ponto digitalizado P-07 de coordenadas geográficas aproximadas 00°16'29" N e 66°30'01" Wgr., localizado na confluência com o rio Iá, daí segue pela margem direita do referido rio até o ponto digitalizado P-08 de coordenadas geográficas aproximadas 00°17'19" N e 66°31'20" Wgr., localizado na confluência com o igarapé Água Branca, daí segue pelo referido igarapé, a montante, até

o ponto digitalizado P-09 de coordenadas geográficas aproximadas 00°10'54" N e 66°35'09" Wgr., localizado na confluência com um igarapé sem denominação, daí segue pelo referido igarapé, a montante, até o ponto digitalizado P-10 de coordenadas geográficas aproximadas 00°08'36" N e 66°35'34" Wgr., localizado na sua cabeceira, daí segue por uma linha reta até o ponto digitalizado P-11 de coordenadas geográficas aproximadas 00°08'44" N e 66°38'19" Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, daí segue pelo referido igarapé, a jusante, até o ponto digitalizado P-12 de coordenadas geográficas aproximadas 00°11'05" N e 66°40'06" Wgr., localizado na confluência com o igarapé Tukano, daí segue pelo referido igarapé, a montante, até o ponto digitalizado P-13 de coordenadas geográficas aproximadas 00°08'40" N e 66°40'21" Wgr., localizado na confluência com um igarapé sem denominação, daí segue pelo referido igarapé, a montante, até o ponto digitalizado P-14 de coordenadas geográficas aproximadas 00°05'57" N e 66°42'43" Wgr., localizado na sua cabeceira. OESTE: Do ponto antes descrito segue por uma linha reta até o ponto digitalizado P-15 de coordenadas geográficas aproximadas 00°08'00" N e 66°46'02" Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, daí segue

pelo referido igarapé, a jusante, até o ponto digitalizado P-16 de coordenadas geográficas aproximadas 00°07'32" N e 66°47'45" Wgr., localizado na confluência com o igarapé Mijá, daí segue pelo referido igarapé, a montante, até o ponto digitalizado P-17 de coordenadas geográficas aproximadas 00°09'46" N e 66°48'40" Wgr., localizado na confluência com um igarapé sem denominação, daí segue pelo referido igarapé, a montante, até o ponto digitalizado P-18 de coordenadas geográficas aproximadas 00°13'54" N e 66°51'50" Wgr., localizado na sua cabeceira, daí segue por uma linha reta até o ponto digitalizado P-19 de coordenadas geográficas aproximadas 00°22'33" N e 66°54'41" Wgr., localizado na cabeceira do rio Iá, daí segue por uma linha reta até o ponto digitalizado P-20 de coordenadas geográficas aproximadas 00°30'02" N e 66°49'24" Wgr., localizado na cabeceira do igarapé Iauyabu, daí segue pelo referido igarapé, a jusante, até o ponto digitalizado P-01, início da descrição do perímetro. Responsável Técnico pela Identificação dos Limites: Luís Antônio dos Santos, Engenheiro Agrimensor, CREA-SP 5060726120/SP, DED/UNESCO.



- SINAIS CONVENCIONAIS**
- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
  - POSTO INDÍGENA - CAMPO DE POUSO
  - ALDEIA INDÍGENA - MALOCA INDÍGENA
  - CAÇA - PESCA
  - COLETA - SERINGAL
  - RODOVIA PAVIMENTADA
  - RODOVIA NÃO PAV. PERMANENTE
  - RODOVIA NÃO PAV. PERIFÉRICA - CAMINHO
  - RIO PERMANENTE - RIO INTERMITENTE
  - LAGO OU LAGOA - TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
  - PONTO DIGITALIZADO - DIREÇÃO DE CORRENTE
  - LIMITE INTERNACIONAL

 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF			
DENOMINAÇÃO: <b>TERRA INDÍGENA BALAIÓ</b>		PLANTA: <b>DELIMITAÇÃO</b>	
MUNICÍPIO: <b>SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA</b>		SUPERFÍCIE APROXIMADA: <b>255.823 ha</b>	PERÍMETRO APROXIMADO: <b>270 km</b>
ESTADO: <b>AMAZONAS</b>	ASS: <b>SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA</b>	ESCALA: <b>1:500.000</b>	DATA: <b>12/09/2002</b>
RESP. T.É.C. DEFINIÇÃO LIMITE: ELIANE DA SILVA SOUZA RODRIGUES ANTPROLOGAD/DIRAD/DAF/FUNAI		RESP. T.É.C. IDENTIFICAÇÃO LIMITE: LUÍS ANTÔNIO DOS SANTOS ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA/SP 5060726120/SP	RESP. T.É.C. DO DED: MANOEL FRANCISCO COLARES ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA/SP 44.82810-02
PORCHINA Nº: <b>982/PREG/00</b>			